

MICROPOLÍTICAS DE RESISTÊNCIA QUEER NA PERFORMANCE NARRATIVA DE UMA PROFESSORA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

MICROPOLITICS OF QUEER RESISTANCE IN THE NARRATIVE PERFORMANCE OF A TEACHER OF BASIC EDUCATION

Danillo da Conceição Pereira Silva **1**

Resumo: Neste artigo, discuto micropolíticas de resistência queer narradas por uma professora da Educação Básica de Sergipe, Brasil, enquanto estratégias de (sobre)vivência de seu corpo e de sua subjetividade, em face dos processos de normalização de gênero e sexualidade em operação no espaço escolar, desde uma perspectiva pós-identitária da linguagem, do currículo e das subjetividades. Para tanto, tensionando fronteiras disciplinares entre a Linguística Aplicada, a Educação e os Estudos Queer, lanço mão de uma perspectiva qualitativa pós-crítica de pesquisa em linguagem na geração e interpretação de dados. A partir do trabalho analítico empreendido, argumento acerca dos efeitos de desestabilização produzidos pela presença e pela agência de sujeitos dissidentes num currículo pautado pela cisheteronormatividade, da potencialidade de epistemologias queer e trans como discursos heterotópicos, bem como da importância estratégica de alianças entre corpos precarizados na construção de políticas de aparecimento e de resistência aos processos de normalização desde o espaço escolar.

Palavras-chave: Performance Narrativa. Currículo. Micropolíticas de Resistência Queer. Dissidências de Gênero. Epistemologias Queer.

Abstract: In this article, I discuss the micropolitics of queer resistance narrated by a teacher of Basic Education in Sergipe, Brazil, as strategies for survival of her body and her subjectivity, in the face of the processes of normalization of gender and sexuality in operation in the school space, since a post-identitary perspective of language, curriculum, and subjectivities. Thus, by tensioning disciplinary boundaries between applied linguistics, education and queer studies, I make use of a qualitative post-critical perspective of language research on data generation and interpretation. From the analytical work undertaken, I argue about the destabilizing effects produced by the presence and agency of dissident subjects in a curriculum guided by cis-heteronormativity, the potentiality of queer and trans epistemologies as heterotopic discourses, as well as the strategic importance of alliances between precarious bodies in the construction of policies of appearance and resistance to the processes of normalization from the school space.

Keywords: Narrative performance. Curriculum. Micropolitics of Queer Resistance. Gender Disagreements. Queer Epistemologies.

Doutorando em Letras/Estudos Linguísticos, na linha “Linguagem: Identidade e Práticas Sociais”, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe (PPGL/UFS). Mestre e Licenciado em Letras pela mesma instituição. Professor de Língua Portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL), câmpus de Santana do Ipanema. E-mail: danillosh@gmail.com

Introdução

Considerando os passos velozes que a sociedade brasileira tem dado em direção a um passado histórico de sistemáticas violações de Direitos Humanos, como metáfora de um lugar simbólico antidemocrático, violento e excludente¹, sem dúvida, é sobre os corpos daqueles lidxs socialmente como dissidentes, segundo quadros normativos a reboque de diferentes marcadores sociais, que os processos de normalização e precarização têm investido suas forças e táticas discursivas várias, com vistas a sua domesticação governamentalizadora. E nesse intento, como tem nos mostrado a história recente de nosso país, é a escola, espaço decisivo para a construção de um projeto de nação, um dos principais campos de ataque dessas ofensivas.

Como amostra desse fato, podemos chamar a atenção para a exclusão histórica das demandas de sujeitos dissidentes, em termos de gênero e sexualidade, dos dispositivos legais relativos à regulamentação da educação pública (DESLANDES, 2015), para o recente desmonte de órgãos ligados ao Ministério da Educação responsáveis pela promoção da Educação em Diversidade e Direitos Humanos², para as batalhas travadas nas casas legislativas sob a pecha da famigerada “ideologia de gênero” ou a escalada de projetos de lei como o “Escola Sem Partido” (JUNQUEIRA, 2017), dentre outras, seguindo uma tendência mundial de guinada ao conservadorismo moral.

Nesse contexto de recrudescimento do Estado frente às demandas populares, as estratégias de criminalização dos ativismos sociais e de ataque aos poucos e precários direitos historicamente conquistados por meio das lutas de diferentes militâncias sociais das dissidências sexuais e de gênero (MELO, 2016), cabe aprendermos, ainda mais, o caminho da resistência por entre as brechas dos dispositivos formais, das estratégias de sobrevivência no interior de uma economia política excludente, nos meandros, nos entremeios, deslocando, tensionando, torcendo e retorcendo sistemas normativos e marcos simbólicos de reconhecimento do humano.

Nesse sentido, no presente artigo, tenho como objetivo apresentar uma leitura contingente, desde uma visão pós-crítica e pós-identitária da linguagem, do currículo e das subjetividades, acerca de micropolíticas de resistência *queer*³ narradas por uma professora da Educação Básica de Sergipe, Brasil, enquanto estratégias de sobrevivência em face dos quadros normativos fixos de gênero e sexualidade legitimados no contexto escolar. Assim, busco produzir inteligibilidades em torno das possibilidades de (re)elaboração da vida social, mediante a análise de performances narrativas sobre práticas sociais situadas, em razão das tensões e deslocamentos produzidos pela presença e pela agência de corpos dissidentes, em aliança, no currículo escolar.

Corpo, Gênero e Sexualidade: Normatividade e Micropolíticas de Resistência Queer na Escola

A chamada crítica pós-estruturalista sobre a sociedade ocidental é calcada na interpretação

1 Especialmente no que concerne à chegada aos altos escalões do poder político institucional de grupos que somam em suas fileiras o conservadorismo de extrema-direita, o fundamentalismo cristão, além das perspectivas ideológicas de setores escusos, ligados à bancada ruralista, armamentista, ao narcotráfico e à organizações de extermínio.

2 Podemos citar como sintomas desse processo, o desmonte da Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), pelo então Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodrigues, a escolha da pastora evangélica, com agenda claramente ligada à criminalização do aborto e à pauta anti-LGBT, Damaris Alves, para o então criado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, bem como a desistência de assumir o mandato popular para o qual foi eleito como deputado federal pelo Rio de Janeiro, em 2019, do professor e ativista LGBT Jean Wyllys (PSOL), em razão da passividade do estado brasileiro na garantia da sua segurança diante de ameaças de morte anônimas recebidas, conforme registra o Relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre o Brasil, divulgado em 2018.

3 Conforme discute Oliveira (2019), os termos *Queer/Kuir/Qu*A*Re*, remetem a “uma ideia para além de uma identidade LGBT, recorrendo a um insulto estigmatizado e sabotando-o via uma identificação. Assim queer implica reapropriar o insulto, como forma de ressignificação. Mas também de desidentificação através de um processo de reapropriar e alterar a codificação heteronormativa que o marca como insulto. Estes processos de apropriação e recodificação implicam performatividades que produzem como efeito a contestação do processo de constituição histórica do sujeito queer descrito como estranho, bizarro, extravagante, fora do padrão da sexualidade. Uma inteligibilidade queer irá tensionar o uso de expressões biomédicas como homossexual e preferir outras: bicha, travesti, viado, sapa, etc. como forma de problematizar esse modo higienizado e homonormativo de produzir um determinado sujeito, aceitável para a heteronormatividade. Em suma, o estranho que não aspira ao centro e que produz incomodo e perturbação, das margens e entre fronteiras”.

dos modos capilares de operação do poder, na análise da ideologia implicada nos processos de produção de sujeitos e no papel fulcral do discurso na economia subjetiva de suas instituições, a exemplo da empreitada arqui-genealógica da obra de Michel Foucault e das considerações desconstrucionistas de Jaques Derrida em torno da linguagem e da relação identidade/diferença. Assim, tal linha de pensamento impõe sobre qualquer exercício de reflexão acerca da instituição escolar, seus agentes e processos, ter em conta que esta não pode ser resumida a um centro de transmissão de saberes necessários para ensinar crianças, jovens e adultos a exercitarem habilidades cognitivas ou capacitá-los para uma profissão futura, segundo quer um marco cartesiano e lógico-positivista de sociedade e de educação (CAETANO, 2016).

Em vez disso, depois de retirado o “véu” da neutralidade ideológica, ainda hoje reivindicado por projetos de poder escusos e de alto potencial fascista, a escola passa a ocupar um lugar central nos processos de normalização social, de produção de hierarquias subjetivas e de tensionamento de relações de poder, engajando-se na complexa engenharia discursiva que produz os sujeitos de um modo e não de outro. Isso se manifesta na disposição assimétrica, escolástica, do espaço físico onde se dão as aulas, na organização binarista, sexista e cisnormativa dos banheiros (DIAS; ZOBOLI; SANTOS, 2018), nos conteúdos escolhidos/preteridos em cada componente disciplinar e suas narrativas sociais como efeitos de verdade implícitos, na tarefa homogeneizante dos uniformes, na gestão autocrática do tempo e dos produtos culturais da “vida real” autorizados (ou não) a circular na escola, no que vale ou não como saber legítimo, em quem detém ou não o poder de falar e sobre o quê. Destarte, tudo na escola funciona com vistas a produzir modos de subjetivação específicos, a serviço de interesses bem marcados em termos de classe, raça, gênero e sexualidade também específicos. Tais modos autorizados de ser sujeito (FOUCAULT, 2004), segundo uma dada configuração cultural e social, são sustentados conforme a lógica da exterioridade constitutiva, ou seja, a norma, e com ela o “normal”, é afirmada justamente pelo silenciamento ou pela reiterada execração dos modos interditados de existir, demarcando, assim, linhas pretensamente claras entre o desejável e o abjeto, o Outro: fronteiras de reconhecimento das vidas válidas.

É na confluência de seus currículos⁴ (SILVA, 2013; MISKOLCI, 2016; JUNQUEIRA, 2013), ou seja, dos diferentes modos pelos quais, nas práticas cotidianas e mais corriqueiras da escola, somos tornados tipos específicos de sujeitos, que nos damos conta de que não há saber que não esteja engajado numa vontade de poder, tampouco um poder que não se utilize de certos saberes como instrumentos de produção de sujeitos, ou de sujeição. Dessa visada, ao pensar nas disputas discursivas em torno dos corpos, dos gêneros e das sexualidades, a escola configura-se enquanto um território de fundamental importância, por isso, em constante disputa (MOITA LOPES; FABRÍCIO, 2013, CAETANO, 2016, OLIVEIRA, 2017, JUNQUEIRA, 2013), para a concretização do violento projeto de incorporação de modos de subjetivação referenciados por uma matriz pautada no dimorfismo sexual (pênis x vagina), no binarismo de gênero (mulher x homem), na cisgeneridade (genital determina a verdade do gênero), na heterossexualidade presumida e compulsória.

Nesse modelo, a reiteração de uma série de práticas normatizadas nos rituais escolares funciona como performativos sexogênicos (BUTLER, 2017), ou seja, atos que produzem o efeito de verdade sobre os corpos, os gêneros e as sexualidades, infindavelmente citadas, reinterpretadas, atualizadas, tomadas a partir de normas imaginadas, estáveis, fixas e bem definidas de padrões identitários. Por meio dessa ficção regulatória que tem o poder de criar a “aparência de uma substância”, conforme discute Butler (2017), “passamos a interiorizar [tais performativos] como se fossem uma pele, algo que está conosco desde sempre, o que nos faz esquecer os inúmeros, cotidianos, reiterados ‘ensinamentos’” (BENTO, 2011, p. 552) que recebemos a fim de nos

4 Neste trabalho, o currículo é tomado enquanto “artefato político e produção cultural e discursiva, o currículo é campo de permanentes disputas e negociações em torno de disposições, princípios de visão e de divisão do mundo e das coisas – especialmente das que concernem à educação escolar e às figuras que povoam o mundo da escola e redefinem seus sentidos e reconstróem seus significados. Espaço de produção, contestação e disputas, abriga relações de poder, formas de controle, possibilidades de conformismo e resistência” (JUNQUEIRA, 2013, p. 482).

tornarmos sujeitos à imagem e semelhança da cisheteronormatividade⁵. Certamente, tais lições de gênero e sexualidade nos são ensinadas em intersecção com outras “lições”: de raça e classe, por exemplo.

É por meio desses processos de reiteração e incorporação, os quais funcionam como tecnologias de gênero (LAURETIS, 1987), que as normas corporais, sexuais e genéricas adquirem vida, entram na carne, nas roupas e nas cores das roupas que vestem os corpos e etiquetam o gênero imposto, nos repertórios gestuais, linguísticos, prosódicos adequados aos sexos que se deseja fabricar, nos modos de se sentar, andar e carregar livros, próprios/esperados de “meninos” e de “meninas”. Na geografia da distribuição das habilidades intelectuais e emocionais atribuídas em função do pênis ou da vagina, contemplados como índices de uma verdade que transborda e produz cartografias subjetivas a serem tacitamente seguidas. Enfim, são recursos citacionais insistentes como esses, enquanto modos de estilização (BUTLER, 2017; BORBA, 2016), que (re) produzem efeitos de materialidade e de visibilidade às verdades corporais e sexogenéricas que se creem autênticas, essenciais, estáveis e definidas, pois fundamentadas na suposta neutralidade/transparência do dado biológico.

À revelia do engajamento de diferentes elementos na reprodução da normatividade de gênero como “dever de classe”, para ser feito na/pela escola, é justamente graças ao seu caráter não essencial, mas produzido mediante a repetição insaturável e nunca mimética (DERRIDA, 1991) de performativos de gênero e de sexualidade, que se abre, então, na inescapável economia do poder, o espaço para resistências, inflexões e insubordinações no interior da escola e do currículo. Tais modos de agência querem enquanto práticas pedagógicas sistemáticas ou como fruto do fluxo indomável do inesperado no currículo, exercem a potência de “questionar narrativas aprisionadoras de quem podemos ser em nossas performances de gênero e do exercício do desejo sexual (...), ao renarrativarmos nossa vida social, cultural, afetiva e sexual” (MOITA LOPES; FABRÍCIO, 2013, p. 286). Em razão disso, abre-se espaço para que vivências e corporalidades de sujeitos dissidentes, a exemplo de pessoas trans e intersex, historicamente invisibilizadas na escola e em suas narrativas cisheterocentradas, passem a ser perspectivadas de um lugar diferente daquele da patologia e da aberração, signos que marcam um sem-número de trajetórias formativas daqueles que sobrevivem às dinâmicas de expulsão/eliminação do ambiente escolar (BENTO, 2011).

Desse modo, insubordinações *queer* na educação, a exemplo de propostas influenciadas pelos (trans)feminismos interseccionais, como as pedagogias *queer* (LUHMANN, 1998; DIAS; MENEZES, 2017; LOURO, 2016; TRUJILLO; 2015) e os letramentos *queer* (MOITA LOPES, 2006a), funcionam como estratégias de (sobre)vivência simbólica de alunxs e professorxs lidos como desviantes à norma, pois colocam sob suspeita as naturalizações do discurso normativo, desordenando e esfacelando certezas ordinárias, penetrando fronteiras identitárias policiadas, contaminando racionalidades, lógicas e suas teorias puras. Nesse sentido, o potencial *queer* dessas insubordinações e micropolíticas de resistência parece residir na abertura para discursos-práticas infiltradas que “instauram outras epistemologias de mundo – notadamente aquelas formas de conhecer que se estabelecem na interpelação de raça/etnia, gênero e sexualidade em uma crítica contundente a esses dispositivos de saber/poder” (POCAHY, 2016, p. 10).

Assim, tais intervenções operam segundo lógicas heterotópicas, pois abrem nas/pelas brechas das normas curriculares, espaços outros a partir dos quais se pode pensar e produzir um conhecimento dissidente, perspectivando modos de subjetivação também outros, em termos de gênero e sexualidade. Nesses meandros e fissuras por onde, a um só tempo, corroem e se infiltram esses saberes de heterotopia, saberes vindos de outros lugares, inaugura-se uma dinâmica de viver e conhecer a vida em sua potência, desde o discurso escolar, “oposta aos termos

⁵ Entendemos que o termo “cisheteronormatividade” faz referência ao funcionamento conjunto de dois dispositivos diferentes de regulação de corpos e gêneros, a saber, a “heteronormatividade”, definida como “um conjunto de disposições (discursos, valores, práticas) por meio das quais a heterossexualidade é instituída e vivenciada como única possibilidade natural e legítima de expressão”, conforme discute Junqueira (2013, p. 483), à luz de Warner (1993), e a “cisheteronormatividade”, enquanto um aglomerado multissituado de práticas e discursos, pautados na suposta verdade do gênero de pessoas não transgêneras (ou seja, cisgêneras), dada a sua coerência tácita no sistema corpo-gênero-desejo, o qual “anormaliza, inferioriza e extermina, interseccionalmente, diversidades corporais e de gênero” (VERGUEIRO, 2015, p. 43), a exemplo de vivências transgêneras, travestis, intersexuais e não-binárias.

de gestão, controle ou tutela” (POCAHY, 2016, p. 12), propondo, assim como modo operante de produção do conhecimento o “estranhamento e [a] recusa aos ideais regulatórios – notadamente de gênero e sexualidade” (POCAHY, 2016, p. 12). Tais epistemologias podem potencializar (e serem potencializadas) pelos efeitos políticos da presença de “corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis e, ao fazê-lo, se põem em risco porque desobedeceram às normas de gênero, ao mesmo tempo revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas” (BENTO, 2011, p. 551).

Os modos de ação pelos quais tais *micropolíticas de resistência queer* podem operar vão muito além de um tipo específico e pré-definido de práticas e/ou roteiros pedagógicos a serem seguidos. E, em termos de efeitos esperados de sua ação política, esses estão mais além de uma tarefa inclusiva ou de promoção da tolerância, da convivência na diversidade ou mesmo do respeito às diferenças que, calcada em essencialismos e binarismos identitários, deixa intocado o núcleo de poder produtor das hierarquias e violências contestadas: a cisheteronormatividade, seus efeitos de verdade e suas narrativas, como ocorre em perspectivas de orientação assimilacionista (MISKOLCI, 2016).

Diferentemente disso, o que se quer com essas políticas de estranhamento na educação, grosso modo, é a desestabilização dos marcos simbólicos que servem como critério atribuidor das fronteiras entre a anormalidade e a normalidade em termos de performances sexuais e de gênero e, a problematização das estratégias classificatórias e de enquadramento identitários (homem x mulher; homossexual x heterossexual), a desnaturalização de discursos de estabilização e centramento, apreciando a transgressão, explorando a ambiguidade e a fluidez (LOURO, 2016) como caminhos epistemológicos possíveis. Nesses termos, o conhecimento não é um lugar de certezas ao qual se chega ao fim de uma determinada trajetória cognitiva, empreendida segundo um roteiro prévio certificado, mas é horizonte constantemente aberto e inatingível em termos de conclusibilidade, ficando sempre pendente a questão de (des)aprendermos a ser.

Linguagem e Narrativas: Performando a Vida Social

Considerando os efeitos de uma perspectiva performativa de linguagem, como proposta no pensamento de John L. Austin (1962) e relida nas obras de Judith Butler e Jaques Derrida, bem como integrada em diferentes perspectivas da Linguística Aplicada Contemporânea (MOITA LOPES, 2006b, 2009; BORBA, 2016; FABRÍCIO, 2018; SILVA, no prelo) e da Nova Pragmática (RAJAGOPALAN, 2010; SILVA, 2012; SILVA, 2017a), aposto numa perspectiva de linguagem que se afasta de um referencial lógico-positivista, o qual toma a linguagem em termos de uma tarefa representacionista, um modo de expressão intencional do pensamento ou das identidades essenciais de sujeitos centrados, para considerá-la uma forma de ação que produz aquilo que enuncia. Assim, ao modo de funcionamento da linguagem integra-se “o poder associado à repetição enunciativa, à sedimentação histórica das convencionalidades linguísticas e sua eficácia para a transformação efetiva de contextos sociais” (NAVARRO, 2004, p. 153, tradução nossa).

Nesse sentido, à luz do que discute Fabrício (2006), consideramos a linguagem e seu estudo a reboque de três premissas epistemológicas centrais: a) de que a linguagem é uma prática social e, por isso, ao empreendermos sua análise/interpretação estamos analisando/interpretando a sociedade e a cultura, das quais ela é parte constitutiva e constituinte; b) que nossas práticas discursivas não são neutras, uma vez que acontecem sob o influxo de escolhas políticas e ideológicas, quer intencionais ou não, imiscuídas em relações de poder e tensões identitárias, as quais elaboram consequências na vida social; c) que no momento presente do desenvolvimento das sociedades humanas há uma complexidade de códigos semióticos implicados no processo de elaboração de sentidos. Em consequência de tais assertivas sobre a linguagem, centradas na noção de performatividade, “construtos tomados como dados, naturais, essenciais e estáveis passam agora ao campo das contingências, por isso, passíveis de serem amplamente questionados” (SILVA, no prelo).

Assim, como produto direto de uma visão radicalmente pragmática/performativa da linguagem, o que entendemos como vida em sociedade, suas relações, complexidades, impasses, problemas, bem como nossas elaborações subjetivas pretensamente individuais dessas mesmas realidades são, em certo sentido, produto do alagamento de diferentes práticas semióticas em

contextos situados, historicamente reiteradas, citadas, em processos constantes de identidade e diferença (AGHA, 2005; BORBA, 2016). Por força dessas premissas, as narrativas, independentemente de seus contextos de produção, não podem ser concebidas como o produto linguístico do simples esforço mental de memorização e ordenamento coerente, em relação ao vivido, efetuado pelos sujeitos que narram, como em tradições formais de compreensão da narrativa. Mas, em vez disso, passam a ser consideradas enquanto práticas na quais “os indivíduos organizam suas experiências de vida e constroem sentido sobre si mesmos”, mediados/disputados cultural e intersubjetivamente e, em razão disso, “analisando histórias, podemos alcançar e aprofundar inteligibilidades sobre o que acontece na vida social” (BASTOS; BIAR, 2015, p. 96).

Conforme apontam estudos filiados à antropologia linguística e cultural, à etnografia e à linguística aplicada contemporânea (BAUMAN; BRIGGS, 1990; MOITA LOPES, 2006b; BORBA, 2016), as narrativas podem ser entendidas como performances, uma vez que o ato de narrar é tomado como performativo, no sentido de que “ao contarmos histórias, agimos sobre o mundo e sobre nossos interlocutores e produzimos efeitos de identidades particulares” (BORBA, 2016, p. 106). Ou seja, conforme enfatiza Moita Lopes (2009, p. 153), “no evento narrativo, os participantes (contadores e ouvintes) estão construindo a vida social de uns aos outros de modo específico (...) definidos pelo que os participantes decidem focalizar e o modo como se relacionam com eles na performance”.

Assim, a performance narrativa corresponde “a um lugar de embates sobre identidades [...] e não aos atos de um *self* com uma essência fixa, estável e final que serve de origem [...]”, justamente porque “a performatividade contextualiza a narrativa nas políticas do discurso, ou seja, redes de relações de poder institucionalizadas (...) A narrativa como uma performance situada é particularizada, corporificada e materializada” (LANGELLIER, 2001, p. 151, tradução nossa).

Nesse sentido, ao refletir, neste artigo, acerca de performances narrativas produzidas por uma professora sobre suas práticas e vivências docentes e dos efeitos disso no que concerne à abordagem de gênero e sexualidade no espaço escolar, em face das *micropolíticas de resistência queer* aí implementadas, estamos discutindo como a vida social e seus significados são (re) elaborados e (re)significados, mediante o emprego de recursos discursivo-interacionais específicos, em face das tensões, contestações e fluxos identitários próprios de qualquer encontro interacional. Conforme afirma Butler (2017, p. 18), quando o “‘eu’ busca fazer um relato de si mesmo, pode começar consigo, mas descobrirá que esse ‘si mesmo’ já está implicado numa temporalidade social que excede suas próprias capacidades de narração”. Ainda segundo a autora, a razão disso é que “o ‘eu’ não tem uma história própria que não seja a história de uma relação – para com um conjunto de normas” (BUTLER, 2017, p. 18).

Considerações Metodológicas, Éticas e Políticas sobre a Pesquisa em Linguística Aplicada

A presente pesquisa está filiada, do ponto de vista de seus (des)centramentos teórico-analíticos, aos intentos da Linguística Aplicada Contemporânea, especialmente no que concerne à sua tarefa de empreender uma pesquisa em linguagem que corresponda eticamente às demandas do tempo presente, especialmente marcado pela incerteza, pela fluidez e velocidade de seus fluxos discursivos, corporais e subjetivos. Nesse sentido, é marcada por uma postura radicalmente indisciplinar (FABRÍCIO, 2018), no sentido de questionar e transgredir as rígidas fronteiras dos campos disciplinares, entendidas como herança da episteme colonial que elege os modos de conhecer válidos a partir de disjunções hierarquizantes, de modo que seja possível “enquadrar nosso trabalho [de pesquisa] como a construção de verdades contingentes, cuja natureza movente e fluida não nos permite ter nenhuma base sólida” (MOITA LOPES, 2009, p. 38).

Do ponto de vista ético, há a inscrição numa agenda de investigação que se debruça sobre “um processo de renarração ou redescoberta da vida social” (MOITA LOPES, 2006b), pondo em cheque formas tradicionais de construção do conhecimento sobre os outros, quase sempre ditadas por moldes positivistas que, nas atividades de produção do conhecimento, calcam na distinção entre teoria e prática, sujeito e objeto, o valor de objetividade e, por isso, de validade científica de suas pesquisas. Nesse sentido, assumo a impossibilidade da alegada distância social relativa entre pesquisador e objeto, bem como o caráter sempre local, contingente e parcial do conhecimento

produzido sobre os dados gerados e as interpretações a eles atribuídas. Desse horizonte, são válidas aquelas interpretações ou metodologias de pesquisa que se engajam na problematização/desnaturalização de processos semióticos, discursos e relações sociais que subalternizam sujeitos dissidentes, posicionados como refugio da modernidade (BAUMAN, 2005), destacando, em razão de sua visão aplicada de ciência, uma orientação explícita para o desenvolvimento de uma agenda política, uma agenda transformadora/intervencionista e uma agenda ética (FABRÍCIO, 2006) em Linguística Aplicada.

À luz das perspectivas éticas e políticas apresentadas, no que se refere à metodologia aplicada para a geração dos dados analisados na pesquisa relatada neste artigo, lancei mão da abordagem de entrevistas-narrativas (JOVCHELOVICH; BAUER, 2002), as quais se caracterizam por sua natureza não estruturada, objetivando obter relatos em profundidade sobre aspectos/questões específicas pré-estabelecidas entre pesquisador e participante, a partir dos quais, no fluxo da narrativa, emergem histórias de vida, posicionamentos, aspectos identitários, os quais se entrecruzam com o contexto situacional da entrevista em si. Nessa abordagem, é de grande importância o trabalho de contextualização pessoal/social da pesquisa, com vistas a engajar o participante na questão que se está abordando e, conseqüentemente, no evento narrativo. Desse modo, tal metodologia torna-se um importante instrumento para a pesquisa qualitativa (DENZIN; LINCOLN, 2006), uma vez que elas têm o potencial de capturar significados sociais implicados nas “mediações entre experiência e linguagem, estrutura e eventos, ou ainda [em] situações da coletividade envolvendo memória e ações políticas” (MUYLAERT et al, 2014).

Nessa pesquisa, a participante é uma professora da Educação Básica do estado de Sergipe, Brasil, a quem aqui chamamos pelo nome fictício “Paula”, autodeclarada, no curso da entrevista, como mulher cis, negra, bissexual, cristã, periférica, ativista de direitos humanos, a qual me concedeu a entrevista-narrativa que permitiu a geração dos dados aqui analisados, com duração de 1 hora e 35 minutos. O registro da entrevista, feito em áudio posteriormente transcrito⁶, se deu mediante uma explicação extensa sobre meu interesse e objetivos de pesquisa, bem como ante a concordância firmada em *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*⁷, sob a condição de serem mantidos em sigilo o nome da participante, bem como outras informações que pudessem levar a sua identificação. Além disso, ficou acordado, por iniciativa minha, que ela pudesse ter acesso à versão final deste artigo antes de sua publicação, a fim de avaliar o modo como foi representada nas minhas análises e como foram tratadas as informações por ela concedidas.

Tendo em vista os posicionamentos levantados, tal pesquisa pode ser entendida à luz do que chamo de *pesquisa qualitativa pós-crítica em linguagem*, uma vez que as opções epistemológicas e ontológicas validadas neste trabalho de investigação orientam-se segundo teorias pós-críticas (LOPES, 2013), as quais podem, grosso modo, ser definidas como anti-essencialistas, anti-objetivistas e anti-deterministas. Tal fato deve-se, dentre outras coisas, à consideração de perspectivas discursivas e suas constantes (re)articulações como eixo central das relações de poder, à contestação da ideia de um sujeito centrado, da identidade como construto fixo e coerente, da objetividade da linguagem e da neutralidade política da atividade científica e de seus aparatos. Desse modo, tão contingentes e situadas quanto os discursos postos sob análise na pesquisa são as perspectivas teóricas acionadas e as interpretações produzidas.

Tensões e Torções Trans* no Currículo: Interpretações Contingentes a Partir da Narrativa de uma Professora

Na presente seção, à luz das reflexões teórico-metodológicas apresentadas ao longo deste trabalho, procurarei produzir uma interpretação contingente acerca de três momentos da performance narrativa de Paula sobre suas vivências, enquanto professora da Educação Básica engajada na implementação de discussões de gênero e sexualidade na escola. Para tanto, conforme discutimos na seção 2, os excertos de sua narrativa, transcritos e reproduzidos aqui, serão encarados

⁶ A convenção de transcrição utilizada, em anexo, foi inspirada nos estudos de Análise da Conversação (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974), incorporando alguns símbolos sugeridos por Schiffrin (1987) e Tannen (1989), conforme proposto por Bastos e Biar (2015).

⁷ Documento elaborado segundo orientações da Resolução nº 196 do Conselho Nacional de Saúde de 10 out./1996 e enviado à equipe editorial deste periódico.

como práticas performativas de linguagem que se inscrevem nas tramas políticas dos discursos que disputam os sentidos sobre os corpos, os gêneros e as sexualidades no interior dos currículos escolares. Ademais, tais processos estão diretamente implicados em políticas de subjetivação específicas, quer seja no que tange a sua replicação, quer seja na produção de políticas outras em face daquelas de cunho marcadamente cisheteronormativo, como sustentado em boa parte das práticas sociais que (re)produzem a instituição escolar.

Dentre esses processos de desestabilização das cisheternormas que sustentam a inteligibilidade de corpos e sujeitos no interior dos processos de escolarização, o que temos chamado aqui de *micropolíticas de resistência queer*, estão aquelas causadas pelos efeitos que a presença de corpos dissidentes nesses espaços pode produzir, especialmente no que tange às fissuras nas paisagens corporais e discursivas dos processos de normalização em curso.

No contexto dessas práticas que emergem no cotidiano escolar e que podem questionar marcos subjetivos estabelecidos, está entre as experiências narradas por Paula o processo de transição de gênero de um/uma de seus/suas estudantes, Fernanda⁸, a quem teria sido designado⁹ como “homem”, quando do seu nascimento, em razão de uma compreensão identitária fundada no discurso biologizante do dimorfismo de gênero (BENTO, 2017). Nos tempos e espaços escolares, a ela era atribuída a etiqueta identitária sexogenérica, e performativa, “menino gay”, conforme narra a professora. Diante da reivindicação identitária de Fernanda e dos efeitos de seu processo de transição de gênero no interior das relações escolares e das políticas de subjetivação curriculares, emergem tensões que nos permitem perspectivar, a partir da performance da narrativa da professora, o potencial *queer* dessas vivências na tarefa de contaminar os significados sociais estabilizados e os limites discursivos produzidos para corpos, sexos, gêneros e desejos.

eu acredito que é por isso que é: quando uma aluna se posicionou como transgênero... é: ano passado... então, a questão do posicionamento... é: dela... ela... como ela entendeu... eu acredito que essa minha aluna... ela estudou... ela fez questão de estudar... ela queria saber o que estava acontecendo com ela... já ouvi a ideia de que... é: seria gay né: que a pessoa seria gay... seria um menino gay e ela é uma aluna da casa há muitos anos... só foi minha aluna a partir de 2017 né 2017... 2018 e já havia essa... essa coisa de ser um menino gay ok tá... quando ela surge em 2017 no final do ensino fundamental dizendo EU SOU TRANSGÊNERO... foi um momento que com certeza a realidade escolar eu digo de colegas professores... de direção.. de orientação coordenação... e dos alunos não tinham ideia direito do que seria ... ↑ esse é o ponto principal... e quando ela ((Fernanda)) veio dizer que ela era transgênero ela já veio explicando o que era ela já chegou explicando “transgênero é uma pessoa que tem um gênero diferente do corpo biológico que ela nasceu... então eu nasci com o sexo masculino mas eu não me sinto como o homem eu me sinto como uma mulher então eu sou... porque sempre ela fala... eu sou transgênero”... eu lembro que ela me procurou... quis confirmar se o que ela tinha estudado estava certo... ela me perguntou se eu poderia ler sobre... se eu tinha algo pra indicar... ela me pediu pra explicar as diferenças entre corpo gênero e sexualidade... ela não tinha sido uma aluna que tinha passado por esse processo no ensino fundamental comigo... porque eu só assumi no nono ano e no nono ano dentro da disciplina de ciências você

8 Aqui, o nome dx estudante também foi substituído por um pseudônimo, com vistas a garantir seu anonimato.

9 Neste trabalho, opto pela intervenção linguística que substitui as designações morfológicas de gênero de algumas palavras, ao se referirem a pessoas humanas, pelo “x”, como estratégia de ativismo linguístico que visa a questionar as relações binárias limitantes em termos de gênero (masculino x feminino) e suas confluências entre o formal da língua e o social do gênero e vice-versa.

estuda física e química então ela falava comigo em off... em paralelo a esses momentos de sala de aula... movida=movido né... à conduta dela um colega=um colega levou esse debate me convidou para debater sobre isso levou pessoas de fora para falar e aí vamos para as perspectivas problemáticas... no momento que ela é:: assumiu o fato de ser transgênero e ela disse que queria ser chamada pelo nome que ela escolheu uma avalanche problemática surgiu (Professora Paula).

A performance narrativa produzida pela professora Paula acerca de suas experiências no interior da escola, em face do êxodo identitário experienciado por Fernanda, enfatiza que o processo de transição de gênero vivenciado por esta foi marcado pelo posicionamento aberto e decisivo da estudante na reivindicação para si mesma do pertencimento identitário que lhe parecia mais adequado, à revelia das normatizações e normalizações jurídicas, burocráticas e moralistas em funcionamento no espaço escolar. Nesse sentido, o ato de estudar acerca da questão da transexualidade, aparecem como fatores decisivos para que Fernanda pudesse tanto se autocompreender fora dos limites discursivos do binarismo de gênero e da cisheteronormatividade compulsória, quanto para que, em razão dessa autocompreensão, pudesse agir politicamente no espaço escolar, tensionando as normas estabelecidas, produzindo fraturas para que seu corpo e sua identidade fossem retirados da abjeção e de uma política de reconhecimento que a significava como uma vida inviável (SILVA, 2017b), como um corpo invivível (BUTLER, 2002).

Como discute Trujillo (2015, p. 1532, tradução nossa), refletindo acerca de uma pedagogia *queer* desde suas experiências como docente, se por um lado a crítica à função normalizadora da escola se fundamenta na afirmação de que “o sistema educativo (re)produz a heteronormatividade (e o sexismo e o racismo) através de discursos e práticas que fabricam sujeitos e identidades”, por outro lado, precisamos atentar para o fato de que “há também experiências e práticas de agência e resistência dos sujeitos”. Nesse sentido, vemos como a performance narrativa de Paula posiciona Fernanda como uma aluna dissidente que, ao experimentar o cerceamento cisheteronormativo da escola e seus efeitos violentos, busca fora de seus muros contradiscursos nos quais possa significar sua experiência de gênero e, assim, faz entrar na escola, pelas fissuras geradas no/pelo seu corpo, saberes não autorizados, epistemologias não validadas pelo saber escolar.

Nesse sentido, o silêncio da instituição escolar acerca de questões de gênero e sexualidade a partir do prisma da diferença faz ecoar os sentidos da interdição de discursos e, conseqüentemente, de modos de subjetivação outros que não aqueles já previstos e impostos pelas funções de poder institucionalmente legitimadas pela escola, os quais relegam às pessoas trans o lugar da abjeção. Os sentidos desse silêncio emergem na performance narrativa em momentos nos quais a pressuposta desinformação de professorxs, studentxs e demais agentes do contexto escolar acerca *do que seria* a transexualidade, *do que seria* Fernanda e seu corpo imprevisto pela escola.

Tais processos apontam tanto para um silenciamento produtivo efetivado pela escola, pois a suposta “falta de informação”¹⁰ invisibiliza as possibilidades de subversão à norma cisheterossexual, reafirmando-a como universal e transparente, quanto para a emergência de um conhecimento, de uma *epistemologia insurgente*, de uma *epistemologia trans* instaurada a partir da presença de Fernanda no espaço escolar e de sua agência no sentido de contaminar uma escola pasteurizada e seu currículo amordaçado, repetidor dos modelos hegemônicos de gênero e sexualidade, com discursos e práticas corpóreo-discursivas mundanas, estranhas, vindas de *fora da escola* para dentro, desestabilizando sua dinâmica de produção de efeitos de verdade cisheterossexuais sobre os corpos, os gêneros e os desejos dxs estudantes.

¹⁰ Aqui, reconhecemos que, em certo sentido, a falta de informação dxs partícipes no processo educativo nas escolas, a exemplo de professorxs, orientadorexs pedagógicos, gestorxs, dentre outrxs, se deva à falta de uma formação profissional inicial ou continuada que os prepare para lidar com questões de gênero e sexualidade na escola. Porém, em sentido mais amplo, pensando a educação desde a perspectiva pós-crítica, como aludimos na seção 2 deste trabalho, compreendemos a educação formal como parte fundamental do processo de normalização social e, assim, suas inclusões e exclusões, em sentido temático e/ou formativo significam para além dos limites da questão formativa em si, apontando para os processos discursivos relativos às disputas ideológicas em torno de quais saberes e quais discursos são legitimados e, conseqüentemente, quais modos de subjetivação são válidos ou não para a construção do projeto de sociedade em curso, inclusive em termos de gênero e sexualidade.

Assim, a professora Paula atribui a Fernanda a fala:

transgênero é uma pessoa que tem um gênero diferente do corpo biológico que ela nasceu... então eu nasci com o sexo masculino mas eu não me sinto como o homem eu me sinto como uma mulher então eu sou... porque sempre ela fala... eu sou transgênero.

Nessa narrativa, Fica evidenciado que x estudante reivindica para si uma posição identitária diferente daquela que lhe fora imposta pelos discursos médico e jurídico validados nas lógicas de produção de saberes, desde o espaço escolar. A recusa de uma posição identitária patologizada e precarizada no interior dessas discursividades, põe sob suspeita o argumento central no qual se fundam tais concepções de gênero: a suposta coerência compulsória entre sexo-gênero-desejo, conforme discute Bulter (2017).

Fernanda faz entrar no espaço discursivo da escola discursos vindos de outros lugares, discursos distópicos acerca de suas vivências, os quais subvertem a lógica do processo educativo formal e da elaboração e vivência do currículo na escola, uma vez que tensionam o lugar destinado a ela como “aluna”, o lugar de sujeição à ação das narrativas sociais imiscuídas em conhecimentos pré-estabelecidos, selecionados por outros agentes do processo educativo, quase sempre com base em seus interesses (con)formativos. Nesse sentido, Fernanda, em face de seu processo de transição de gênero, age no sentido de fazer emergir um currículo específico desde seu corpo e sua subjetividade, um currículo no qual elx não aparece mais posicionada nem como receptora passiva da ação de saberes-poderes legitimados pela instituição escolar, nem como objeto do conhecimento, no sentido de ser tomada como “objeto” a ser conhecido, explorado, como em muitas práticas educativas nas quais pessoas e experiências trans são “tematizadas”, a exemplo do que pontuam pesquisadoras/ativistas transfeministas como Viviane Vergueiro (2015), Jaqueline Gomes de Jesus (2014; 2016), Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017) e Beatriz Pagliarini Bagagli (2014).

Ao contrário disso, na cena narrada por Paula, Fernanda aparece como produtorx do conhecimento e propositox de um currículo dissidente demandado pela sua trajetória enquanto sujeito, tensionando as relações de poder e os espaços de legitimidade na elaboração do conhecimento no interior da escola. Tal fato fica ainda mais evidente quando a professora Paula narra que, em razão das desestabilizações curriculares produzidas pela reivindicação da estudante do seu direito de livre determinação de gênero, para além dos efeitos causados num currículo inscrito nas práticas e nas vivências cotidianas, até mesmo espaços dentro do currículo formal da instituição escolar foram tensionados. Desse modo, a fim de abrir lugar para a questão posta, Fernanda recebeu convite de um outro colega professor sensibilizado com a questão para tratar da transgeneridade, ao lado de *peessoas de fora*, num evento para a comunidade escolar.

Acerca dessa potência *queer* geradora de tensões e torções das malhas discursivas do currículo, uma concepção microfísica e, por isso, descentrada do poder (FOUCAULT, 2014) parece ser demandada para a compreensão de como alianças (BUTLER, 2018) entre sujeitos que têm suas condições de vida precarizadas, por diferentes motivos, pode ser um caminho potencial para a intervenção política de corpos dissidentes desde os espaços escolares, entendidos também como arenas públicas em constante disputa. Conforme discute Judith Butler, essa é a condição para que a luta pelos direitos das minorias sexuais e de gênero, descentrada de categorias identitárias como ontologias fixas, seja efetivamente “uma luta por justiça social, isso é, para que ela seja caracterizada como um projeto democrático radical” (BUTLER, 2018, p. 75). É justamente esse tipo de política de aliança, em torno das batalhas travadas no currículo e das relações de poder entre o aparato institucional normalizador da escola e os sujeitos dissidentes, que podemos entrever na relação entre a estudante trans Fernanda e sua professora, Paula, mulher cis, negra, trabalhadora, periférica, a partir de sua performance narrativa.

eu acho engraçadíssimo quando uma gestora de escola acha que tem poder sobre os alunos... é muito engraçado... não deveria ser uma relação de poder mas ela acontece ela existe e o poder não está na mão da direção nem da coordenação

porque se o professor fechar a porta da sala de aula... e como um acordo com o aluno o assunto morre ali... aquele assunto vai morrer ali... o poder está completamente fora da mão da direção então mesmo a escola não tendo uma cultura estabelecida dessa forma... ((em relação às discussões de gênero e sexualidade)) trabalho é:: enquanto instituição ela passou a ter... então essa é a questão... quando a aluna identificou profissionais à sua disposição... professores à sua disposição que poderiam ouvi-la ela abriu o vulcão... ela trouxe uma coisa... um conteúdo... ela trouxe um:a construção obrigatória ... ↑ ENTROU... não importa se a escola estava interessada ou não, agora vai funcionar (Professora Paula).

Em sua narrativa, especialmente no excerto acima destacado, a professora Paula ironiza a crença de membros da equipe gestora da escola acerca de seus lugares nas relações de poder ali travadas, particularmente no que tange a sua capacidade de controlar os corpos dxs discentes e suas vivências no interior da sala de aula. Nessa visada crítica em relação às prerrogativas de normalização autoatribuídas pela equipe gestora, a professora estabelece o espaço da sala de aula e as relações docentes-discentes como parte de um microcosmo de resistência, no qual, diante de uma aliança estabelecida entre ela e xs estudantes, pautada num regime de cumplicidade política e de certo sigilo em relação às vivências de sala de aula, sentidos transgressores, fora da lógica da compreensão violenta e opressora de uma matriz cisheterossexual de inteligibilidade da vida, podem circular fora da vigilância institucional, da patrulha moral e do “policiamento de gênero” (BUTLER, 2017) da equipe diretiva. Nesse sentido, conforme já aludimos em outras passagens deste artigo, a sala de aula se torna um espaço heterotópico em relação ao resto da escola, instaurando na performance narrativa de Paula uma geografia discursiva na qual ela posiciona a si mesma e a seus discentes no interior desse espaço alternativo, no qual os quadros morais hegemônicos vigentes no resto do espaço da escola podem ser subvertidos, instaurando currículos outros como frutos de um regime de solidariedade política entre ela e xs estudantes.

A narrativa da professora, além de me parecer um exemplo de como práticas transgressivas podem ser ensinadas desde os espaços de escolarização formal (HOOKS, 2013), a partir de exercícios constantes de estranhamento e desnaturalização de discursos normatizadores e das relações de poder que eles instauram, ela traz à tona, de modo bastante enfático, como essas micropolíticas de resistência *queer* implementadas pela aliança entre a professora e Fernanda na escola, em face de suas reivindicações, podem produzir “sabotagens”, desvios produtivos nos percursos de subjetivação previstos e planejados pela escola. Na performance narrativa em discussão, a professora Paula demonstra como, mesmo em face de uma indisposição prévia por parte da instituição em pautar questões de gênero e sexualidade em seu currículo – o que, longe de demarcar neutralidade, denota o silenciamento e uma tomada de posição, conforme já aludimos aqui – o modo de agência de Fernanda, em aliança com ela, é capaz de transgredir e de colocar sujeitos a serem tornados dóceis, úteis, governáveis (FOUCAULT, 2007) e suas demandas em erupção, para ser fiel à metáfora empregada pela professora. Assim, a segurança das fronteiras identitárias e das categorias binárias que sustentam os regimes de verdade do currículo escolar e que significam os corpos a serem produzidos no/pelo discurso normativo são postas sob a ameaça da proliferação identitária (BUTLER, 2017).

Desse modo, fica saliente no percurso da interpretação aqui produzida que, em certo sentido, quando refletimos desde uma perspectiva crítica acerca das possibilidades de resistência das dissidências sexuais e de gênero no interior da economia de poder normalizadora que opera nas práticas escolares, um ponto-chave desses modos de agência, a exemplo daquela implementada pela estudante trans Fernanda, reside no fato de que “a questão central quando se discutem trânsitos identitários é desvincular as identidades de um ponto determinante [uma vez que] hegemonicamente o gênero e a sexualidade se expressam unidos” (BENTO, 2011, p. 552). Assim, tais práticas de resistência visam a deslegitimar “a cis heterossexualidade como a norma e como a única normal, que fabrica formas de ser e estar no mundo, que conforma personalidades (...) que legitima violências, que reifica a desigualdade de gênero, que humilha e desqualifica, que se baseia

em preconceitos e estereótipos, que estigmatiza” (OLIVEIRA, 2017, p. 120).

Em face dessas desestabilizações produzidas no currículo e das tensões que a presença e a agência de um corpo trans pode instaurar nos quadros normativos em funcionamento na escola, certamente embates discursivos e acirramentos das relações de poder fazem emergir, de modo mais explícito, as diferentes táticas de guerrilha (MOITA LOPES; FABRÍCIO, 2013) em torno dos sentidos atribuídos às vivências de gênero e sexualidade. A exemplo disso, conforme narra a professora Paula nas últimas linhas do Excerto 1, uma “avalanche problemática” é disparada quando a reivindicação da estudante Fernanda vai além da problematização, no discurso, da cisgeneridade como norma, dos sentidos biologicistas atribuídos ao corpo e de seu trânsito entre categorias identitárias diferentes tidas como fixas e opostas, passando a exigir que a escola, desde seus documentos até o trato recebido pelos professores e funcionários, respeitem sua performance de gênero e o nome social¹¹ por ela escolhido, conforme tal performance.

eu tenho convicção que o objetivo da escola era que eu não reafirmasse que eu não ajudasse... nesse processo... eu como outros professores e eu fui muito clara e muito enfática... na minha aula era será chamada de Fernanda... eu lembro que ela ((a orientadora pedagógica da escola)) até ficou assim... “mas e o problema que pode ser gerado”... eu disse olhe... existe uma legislação... ela é menor... eu disse olhe eu não tenho certeza porque eu nunca me debrucei sobre o estudo pra saber a partir de que idade=a partir de=como é que funciona isso... mas ↑ existe uma legislação sobre o nome social e uma coisa que eu sempre deixei bem clara para a orientação... pode não ser hoje... pode não ser amanhã... pode não ser aqui mas ela vai conseguir sim.. quando ela ((Fernanda)) tiver os meios que ela puder quando ela tiver o documento assinado ela consegue... porque eu vou criar uma barreira num processo que vai acontecer? e aí vêm todos os questionamentos... “mas será que é isso mesmo? ela tem... na época, ela tem 14 anos... “ela sabe o que ela quer?”... “será que a sexualidade dela é essa mesmo?” ... “será que isso que é com o gênero mesmo?”... todas as questões... e::: o que eu acho engraçado pra mim é que quando eu ouvi a Fernanda falar com convicção que era isso mesmo... eu acho que eu conheci pouquíssimos adultos que têm a firmeza que ela tem em dizer como ela se sentia e o que ela era sabe... então nesse processo eu=eu=eu bati muito o pé... “Henrique”... eu... Fernanda... ela ((a orientadora pedagógica)) falava: “Henrique”... e eu Fernanda... virava às vezes uma discussão (Professora Paula).

No excerto da performance narrativa desenvolvida por Paula, os sentidos da aliança, conforme já discutimos, ganha corpo e atinge dimensões reivindicatórias ainda mais concretas no que concerne ao enfrentamento da dimensão burocrática da violência exercida pela escola frente à aluna trans e das políticas de reconhecimento de gênero praticadas pela escola. Nesse sentido, a própria professora, mais uma vez recorrendo ao microcosmo de resistência em que se constitui o espaço da sala de aula, afirma a legitimidade da identificação de gênero de Fernanda, expressa pela sua afirmação enfática do respeito ao seu nome social, ainda que à revelia das expectativas da

11 O direito ao nome social, ou seja, ao uso do nome como a pessoa trans quer ser chamada, quase sempre em acordo com a expressão de gênero autopercebida, diz respeito a uma forma de acomodação político-jurídica das prerrogativas constitucionais do direito à identidade, à autodeterminação e à dignidade de pessoas trans, praticado como forma de exercício de uma cidadania relativa, ainda quando a justiça brasileira exigia laudos médicos patologizantes para autorizar a retificação de nome e “sexo” nos registros civis. Atualmente, após a decisão do Supremo Tribunal Federal de 28 de fevereiro de 2018, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade, ADI nº 4.275 e Recurso Extraordinário de repercussão geral, RE nº 670.422, ficaram autorizadas tais retificações sem a exigência de cirurgia de redesignação sexual, de laudos médicos ou de decisões judiciais específicas para esse fim. No âmbito da educação, o Ministério da Educação brasileiro homologou em 17 de janeiro de 2018 uma resolução que autoriza a utilização do nome social por pessoas trans nos registros da Educação Básica.

gestão e da equipe pedagógica da escola, sob o argumento de um possível conflito com os pais de Fernanda, como fica registrado nas linhas de 48 a 52.

Assim, na economia das relações de poder que se inscrevem nos modos de gestão da vida e dos corpos de pessoas trans nos espaços de escolarização, a posição institucional da escola está comprometida com os interesses da família, e de seu poder pátrio, no que diz respeito aos seus projetos de gênero e sexualidade para Fernanda, a despeito dos sofrimentos e das violências aos quais ela está exposta em face do desrespeito sistemático de sua identificação de gênero perpetrado, inclusive, pelos próprios agentes escolares. Nesse sentido, ficam bem marcadas as dinâmicas de reforço mútuo no exercício da função normalizadora da sociedade (MISKOLCI, 2016), exercido pela escola e pela família, no que diz respeito à implementação de uma política identitária restritiva que vigia, disciplina e controla os corpos e seus usos, punindo aqueles desviantes, inclusive com a pena da humilhação pública e do constrangimento sistemático e deliberado.

Em face de sua argumentação junto à orientadora pedagógica, usando o discurso legal para conferir autoridade à sua posição, a professora Paula vê a linha argumentativa utilizada para convencê-la sobre a legitimidade do desrespeito da escola à performance de gênero de Fernanda deslocar-se do eixo dos interesses familiares e seus investimentos de poder sobre a vida da estudante para atacar a “veracidade” do seu gênero e sua autonomia, em razão da sua idade. Assim, a escola reverbera no seu discurso vozes que naturalizam as identidades a partir da sua correspondência compulsória com o corpo, tomado enquanto dado biológico descomprometido de investimentos culturais, discursivos e de poder, fazendo recair sobre a transexualidade sentidos patologizantes e psiquiatrizantes, ao querer, ainda que de modo sutil, enquadrar a pessoa que deseja transitar de gênero ou autodeterminar-se, nesses termos, como “transtornada”, “desequilibrada”, produzindo para ela uma identidade abjeta e adoecida (BENTO, 2014).

A despeito dessa leitura da performance de gênero de Fernanda feita através das lentes da transfobia, a qual deseja, em verdade, interditar o discurso e normalizar o corpo das pessoas trans, a professora Paula ironiza tal posição institucional, como registrado na narrativa. Nesse intento, sustenta que a suposta veracidade do gênero vivido pela estudante advinha exatamente de sua autodesignação, do exercício de sua autonomia subjetiva, de sua afirmação de forma reiterada e convicta do modo como ela mesma se lia dentro do espectro de possibilidades genéricas disponíveis na cultura, de modo a não outorgar a nenhum outro sujeito a prática autenticatória ou legitimadora de sua vivência trans, como em “eu acho que eu conheci pouquíssimos adultos que têm a firmeza que ela tem em dizer como ela se sentia e o que ela era sabe” (Professora Paula). Assim, a professora coloca em disputa os significados da legitimidade identitária normatizados pelo discurso oficial da escola, representado nas posições da orientadora pedagógica, problematizando, assim, uma perspectiva que confere à família e à escola o papel de atribuidoras ou validadoras das performances identitárias dos sujeitos, as quais seriam essenciais, estáveis e bem delimitadas, exatamente aquilo que a presença e a agência de um corpo trans no espaço escolar e suas alianças vêm contestar, pondo sob rasura categorias excludentes, ampliando os marcos de reconhecimento simbólico do humano em termos de gênero.

Considerações Finais

Levando em conta a trajetória teórico-analítica aqui trilhada, podemos constatar a produtividade de uma visada pós-identitária na análise de performances narrativas para a compreensão dos modos como a realidade social é potencialmente (re)construída em diferentes espaços e práticas sociais, a exemplo daqueles relativos aos processos de escolarização, conforme discutem as perspectivas contemporâneas e indisciplinadas em Linguística Aplicada. Além disso, ao cabo deste trabalho, em face de seus objetivos, parece-me importante ressaltar alguns pontos fulcrais para a compreensão das micropolíticas de resistência de corpos e gêneros dissidentes na economia política das lutas discursivas nos meandros do currículo.

Dentre esses pontos, podemos destacar os potenciais efeitos de desestabilização produzidos pela presença e pela agência de sujeitos dissidentes num currículo pautado pela cisheteronormatividade; a potencialidade de epistemologias *queer* e trans emergentes, por entre as brechas do currículo, como discursos heterotópicos a partir dos quais corpos e suas performances identitárias podem ser significadas fora das lógicas da abjeção e da objetificação; a importância

estratégica de alianças entre corpos precarizados na construção de uma resistência aos processos de normalização em termos de gênero e sexualidade desde o espaço escolar.

Podem ser esses alguns caminhos possíveis para o enfrentamento de sistemas normativos e suas estratégias de desumanização. Caminhos pautados em *micropolíticas de resistência queer*, diariamente presentes na vida de incontáveis sujeitos dissidentes na escola (e em outros espaços) e ressignificados, neste trabalho, a partir da narrativa da professora Paula e de sua vivência com a trajetória de Fernanda. Sabotar as lógicas de exclusão e invisibilidade, à revelia de entraves formais, de armadilhas institucionais, de burocracias heterocentradas produtoras dos gêneros válidos e das fronteiras da abjeção, para fazer aparecer seus corpos, suas vivências, suas narrativas, em aliança, rumo a uma democracia radical desde o espaço escolar.

Referências

- AGHA, Asif. **Semiosis across encounters**. Journal of Linguistic Anthropology, 15 (1): 1-5, 2005.
- AUSTIN, John Langshaw. **How to do things with words**. Oxford: Clarendon House, 1962.
- BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **O que é cisgênero?**. Transfeminismo, 2014. Disponibilizado em: <<http://transfeminismo.com/tag/cisgenero>>. Acessado em: 29 de janeiro de 2019.
- BASTOS, Liliana Cabral; BIAR, Liana. **Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social**. D.E.L.T.A, v.31, n. especial, p. 97-126, 2015. Disponibilidade em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502015000300006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 29 de janeiro de 2018.
- BAUMAN, Richard; BRIGGS, Charles. **Poetics and performance as critical perspectives on language and social life**. In: COUPLAND, N. JAWORSKI, A. (orgs.) The new sociolinguistics reader. New York: Palgrave Macmillan, 1990, pp. 185-217. Disponibilidade em: <http://anthro.vancouver.wsu.edu/media/Course_files/anth-490-edward-h-hagen/bauman-and-briggs-1990-poetics-and-performance-as-critical-perspectives-on-language-and-social-life.pdf> Acessado em: 29 de janeiro de 2019.
- BAUMAN, Zigmund. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BENTO, Berenice. **Na escola que se aprende a diferença**. Estudos Feministas, Florianópolis, 19(2): 336, maio-agosto/2011. Disponibilidade em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2011000200016&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acessado em: 29 janeiro de 2019.
- BENTO, Berenice. **O que pode uma teoria?** Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. Florestan, Ano 1, n. 2, pp. 46-66, 2014. Disponibilidade em: <<http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/64>>. Acessado em: 29 janeiro de 2019.
- BENTO, Berenice. Transvid@s. **Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.
- BORBA, Rodrigo. **O (des)aprendizado de si: transexualidades, interação e cuidado em saúde**. Editora Fiocruz: Rio de Janeiro, 2016.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**. Notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo". Buenos Aires: Paidós Ibérica, 2002.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAETANO, Márcio. **Performatividades reguladas**. Heteronormatividade, narrativas biográficas e educação. Curitiba: Appris Editora, 2016.

DENZIN, Norman.; LINCOLN, Yvonna. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DERRIDA, J. **Limited Inc**. Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papyrus, 1991.

DESLANDES, Keila. **Formação de professores e direitos humanos: construindo escolas promotoras da igualdade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

DIAS, Alfrâncio Ferreira; MENEZES, Carlos André. **Que inovação pedagógica a pedagogia queer propõe ao currículo escolar?** Revista Tempos e Espaços em Educação, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 10, n. 23, p. 37-48, set./dez. 2017. Disponível em: < <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/7443/pdf>>. Acessado em: 29 de janeiro de 2019.

DIAS, Alfrâncio Ferreira; ZOBOLI, Fábio; SANTOS, Adriana Lohana. **O banheiro como espaço político de gênero**. Reflexão e Ação. Santa Cruz do Sul, v. 26, n. 2, p. 165-181, mai./ago. 2018. Disponibilidade em: < <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/11734>>. Acessado em: 29 de janeiro de 2019.

FABRÍCIO, Branca Falabella. **Linguística Aplicada como espaço de “desaprendizagem”**: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da. (Org.) Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

FABRÍCIO, Branca Falabella. **Linguística Aplicada e indisciplinariedade radical**: repetir, desacostumar, despraticar. In: MACIEL et al (Orgs). Linguística Aplicada para além das fronteiras. Campinas: Pontes Editores, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A ética do cuidado de si como prática da liberdade**. In: Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004 [1984].

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

HOOBS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo, Martins Fontes, 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **As guerras de pensamento não ocorrerão nas universidades**. In: COLLING, Leandro. (Org.) Dissidências sexuais e de gênero. Salvador: EDUFBA, 2016.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Gênero sem essencialismo**: o feminismo transgênero como crítica do “sexo”. Universitas Humanística, Bogotá, Colombia, 78, julio-diciembre de 2014, pp. 241-257. Disponibilidade em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0120-48072014000200011&script=sci_abstract&tlng=pt. Acessado em: 29 de janeiro de 2019.

JOVCHELOVICH, Sandra.; BAUER, Martin. **Entrevista Narrativa**. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **“Ideologia de gênero”**: um dispositivo retórico de uma ofensiva antifeminista. In: Alfrancio Ferreira Dias; Elza Ferreira Santos; Maria Helena Santana Cruz (org.). Gênero e sexualidades: entre invenções e desarticulações. Aracaju: Editora IFS, 2017. p. 47-61.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Pedagogia do armário**: a normatividade em ação. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013. Disponibilidade em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em 29 jan. 2019.

LANGELLIER, R. **'You're marked'**: breast cancer, tattoo and alternative performance of identity. In: BROCKMEIER, J; CARBAUGH, D. (Orgs.) Narrative and identity: studies in autobiography, self and culture. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

LAURETIS, Teresa de. **Technologies of gender**. New York: Routledge, 1987.

LOPES, Alice Casimiro. **Teorias pós-críticas**, política e currículo. Educação, Sociedade & Culturas, v. 39, p. 7-23, 2013. Disponibilidade em: < <http://www.fpce.up.pt/ciie/?q=publication/revista-educa%C3%A7%C3%A3o-sociedade-culturas/edition/educa%C3%A7%C3%A3o-sociedade-culturas-39> >. Acessado em: 15 set. 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LUHMANN, Suzanne. **Queering/Querying pedagogy?** Or pedagogy is a pretty queer thing. In: PINAR, William F. (Org). Queer Theory in Education. New Jersey e Londres: Laerwncce Erlbum Associates Publishers, 1998, p. 1-47.

MELO, Iran Ferreira de. **Breves notas históricas sobre sexualidades e identidades de gênero periféricas**: o alvorecer do movimento LGBT no mundo. Bagoas. n. 14, 2016, p. 205 - 232. Disponibilizado em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/download/11453/8063>>. Acessado em? 20 de janeiro de 2019.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pela diferença**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora. Universidade Federal de Ouro Preto, 2016.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. (Org.) **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006b.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Linguística Aplicada como lugar de construir verdades contingentes**: sexualidades, ética e política. Gragoatá. Niterói, n. 27, p. 33-50, 2. sem. 2009. Disponibilidade em: < <http://www.gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/viewFile/195/180>>. Acessado em: 29 janeiro de 2019.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Queering Literacy Teaching**: Analyzing Gay-Themed Discourses in a Fifth-Grade Class in Brazil. In: Journal of Language, Identity, and Education. 5(1), pp. 32-50, 2006a. Disponibilidade em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1207/s15327701jlie0501_3 >. Acessado em: 29 janeiro de 2019.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da; FABRÍCIO, Branca Falabella. **Desestabilizações queer na sala de aula**: "táticas de guerrilha" e a compreensão da natureza performativa dos gêneros e das sexualidades. In: PINTO, Joana Plaza; FABRÍCIO, Branca Falabella. Exclusão social e microrresistências: a centralidade das práticas discursivo-identitárias. Goiânia: Cãnone Editorial, 2013, p. 283-301.

MUYLAERT et al. **Entrevistas narrativas**: um importante recurso em pesquisa qualitativa Rev Esc Enferm USP 2014; 48(Esp2):193-199. Disponibilidade em: < www.ee.usp.br/reepusp/>. Acessado em: 29 de janeiro de 2019.

NAVARRO, Pablo Perez. **Performatividad y subversión de la identidad**: a propósito de la obra de

Judith Butler. Revista Laguna, 14; marzo 2004, pp. 147-164. Disponibilidade em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1060469>>. Acessado em 29 janeiro de 2019.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. 2017. 192f. **Tese (Doutorado em Educação)** – Programa de Pós-Graduação em Educação, UFPR, Curitiba, 2017.

OLIVEIRA, João Manuel de. **“Queer”**, Dicionário Alice. 2019. Disponibilidade em <https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id_lingua=1&entry=24496&fbclid=IwAR3LDxcGVuQOCsIGyy9BBS4ch8tck-BMB-cDWkarYtUGpOqG-n3SjXluGQ>. Acessado em 15 abril de 2019.

POCAHY, Fernando. **Micropolíticas queer**: dissidências em pesquisa. Textura, v. 18 n.38, set./dez. 2016. Disponibilidade em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/2200>> Acessado em: 29 janeiro de 2019.

SILVA, Daniel do Nascimento e. **Pragmática da violência**: o nordeste na mídia brasileira. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

SILVA, Danillo da Conceição Pereira. **Atos de fala transfóbicos no ciberespaço**: uma análise pragmática da violência linguística. 2017. 200f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

SILVA, Danillo da Conceição Pereira. **Uma política das vidas (in) viáveis**: reflexões sobre performatividade e violência transfóbica no discurso. In: SILVA, Danillo da Conceição Pereira.; CASTRO, Lorena Gomes de.; MELO, Iran Ferreira de. Dissidências sexuais e de gênero nos estudos do discurso. Aracaju: Editora Criação, 2017, p. 47-67.

SILVA, Danillo da Conceição Pereira.; SANTOS, Emilly Silva dos. **Performances discursivas de uma “bixa travesty”**: sobre corpo, gênero e identidade em Linn da Quebrada. Fórum Linguístico, no prelo.

SILVA, Tadeu Tomaz da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

TRUJILLO, Gracia. **Pensar desde otro lugar, pensar lo impensable**: hacia una pedagogía queer. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1527-1540, dez., 2015. Disponibilidade em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v41nspe/1517-9702-ep-41-spe-1527.pdf>>. Acessado em: 29 janeiro de 2019.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 190f. (Dissertação de Mestrado em Cultura e Sociedade) - Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, UFBA, Salvador, 2015.

WARNER, Michael. **Fear of a queer planet**. Minneapolis: University of Minnesota, 1993.

Recebido em 30 de janeiro de 2019.

Aceito em 10 de junho de 2019.